

Sr. Secretário-Geral,

Trata o processo administrativo de inscrição dos servidores **JORGE MACHADO DA SILVA**, matr. nº 02/3537, **ADRIANO REIS DE CARVALHO**, matr. 02/3533, **GLAUSTON ARAÚJO DA SILVA**, matr. 02/3497, **JORGE EDUARDO SALGADO SALLES**, matr. 02/3691, **ANA MARIA FURBINO BRETAS BARROS**, matr. 02/4253, **FERNANDA CANDEMIL**, matr. 02/4812, **LUANA VICENTE DOS SANTOS FURLANI**, matr. 02/4880 e **LEANDRO CARVALHO DE CASTRO**, matr. 02/4419, da Secretaria-Geral de Controle Externo - SGE (peça nº 11), para participarem do **“37º CONGRESSO BRASILEIRO DE DIREITO ADMINISTRATIVO”**, promovido pela Instituto Brasileiro de Direito Administrativo – IBDA (CNPJ nº 29.419.181/0001-77), em parceria com o Instituto Rui Barbosa – IRB, na modalidade presencial, a ser realizado no período de 26 a 28 de setembro, na cidade de Maceió/AL.

Tendo em vista o presente ter percorrido todas as etapas administrativas necessárias para a contratação em tela, o administrativo foi encaminhado à CPG que, em 15.08.23, efetuou o bloqueio orçamentário através da Nota de Reserva 2023NR00058, autorizado no dia 14.08.23.

Em seguida o processo foi destinado à d. PGT que, em 16.08.23, nos termos do art. 72, inciso III da Lei Federal nº 14.133/21, emitiu parecer favorável à contratação direta, no seguinte teor:

“(…)

Inicialmente, nota-se que a presente contratação direta encontra amparo no art. 74, III, alínea “f” e § 3º, da Lei nº 14.133/21, por se tratar de serviço técnico especializado de treinamento e aperfeiçoamento profissional, havendo nos autos elementos que demonstram a notória especialização do prestador.

(…).

Por fim, em relação aos requisitos de habilitação, verifica-se que foram juntadas aos autos documentos e certidões, devendo a Administração

atentar-se para o atendimento a essas exigências legais no momento em que efetuar a contratação.

Dessa forma, não se vislumbra óbice do ponto de vista jurídico-formal no procedimento em tela, razão pelo qual se opina pela juridicidade da contratação direta, nos termos do art. 53, § 4º, da Lei nº 14.133/21.”

À vista disso, considerando o informado pela CLC na peça nº 25, a aprovação jurídica da contratação direta consignada na manifestação da Procuradoria Geral deste Tribunal, **opina-se** pela autorização da contratação direta, com o consequente envio à CPG para emissão de empenho em favor do favorecido, e posteriormente à CGA.

Alexandre Tenorio Rocha
Assessor
Matrícula 02/3839



**À Coordenadoria de Planejamento Gerencial e Execução
Orçamentária – CPG,**

Ante o exposto, verificada a regularidade do procedimento em tela e considerando o parecer favorável da d. Procuradoria deste Tribunal **AUTORIZO**, ex vi do art. 72, inc. VIII, da Lei nº 14.133/21 e do ATO EXECUTIVO Nº 25.541, de 03/04/2023, a contratação direta pretendida e encaminho os autos a essa r. Coordenadoria para a emissão de nota de empenho, em favor do Instituto Brasileiro de Direito Administrativo – IBDA (CNPJ nº 29.419.181/0001-77), no valor de R\$12.800,00 (doze mil e oitocentos reais), à conta do exercício financeiro em curso, **com o posterior envio à CGA**, para as demais providências de praxe, em especial quanto à publicidade da Nota de Empenho no Portal Nacional de Contratações Públicas – PNCP, o que deverá ocorrer em até 10 (dez) dias úteis da assinatura do referido termo, em observância ao disposto nos artigos 72, parágrafo único, 94, inc. II, e 174, inc. I, da NLLC.

Marcelo Langeli Ceranto
SECRETÁRIO-GERAL DE ADMINISTRAÇÃO
Matrícula 02/4345